

Letícia Lemgruber Francischetto

PROVA NO ESTUPRO INFANTOJUVENIL

**Da palavra da vítima à
suficiência probatória para
condenação**

2027

PARADIGMAS FILOSÓFICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO FÁTICO E A PROVA NO PROCESSO PENAL

A forma como o ser humano organizou sua compreensão do mundo e dos fatos variou ao longo dos séculos e esteve ancorada em estruturas filosóficas que buscavam explicar a realidade com base em princípios universais e estáveis. No direito, a tendência foi usar o paradigma dominante.¹

Este capítulo busca estabelecer a base epistemológica da tese, explorando como diferentes correntes filosóficas abordaram o conhecimento dos fatos e, em particular, como essa busca se manifesta no processo penal. O objetivo é apresentar os paradigmas da concepção racionalista da prova e da filosofia da linguagem, analisando suas contribuições e limitações para, ao final, propor uma abordagem conciliatória que possa oferecer um modelo mais robusto para a responsabilização criminal do estupro infantojuvenil.

Uma decisão judicial se baseia não apenas na norma jurídica, mas principalmente em um juízo sobre os fatos. O processo penal, ao decidir sobre a vida e a liberdade de indivíduos, exige uma reconstrução cuidadosa dos eventos que configuram a conduta criminosa. E para saber como e com que grau de certeza o sistema de justiça pode afirmar o que “realmente” ocorreu, é importante analisar as abordagens epistêmicas ao longo da história.

A concepção racionalista da prova – que será examinada detidamente na seção 2.3 – oferece instrumentos robustos para disciplinar a valoração probatória e o controle das inferências. No entanto, ela pressupõe algo que, no estupro infantojuvenil, frequentemente ainda não está resolvido quando o processo judicial começa: que a conduta investigada seja reconhecível como ação – como um ato de natureza sexual praticado contra uma criança, com aproveitamento de sua vulnerabilidade – e não como um gesto ambíguo, um

1. ABELLÁN, Marina Gascón. **Os fatos no direito**: bases argumentativas da prova. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.

comportamento cotidiano ou uma manifestação afetiva. Antes de avaliar racionalmente se há provas suficientes de que determinada ação ocorreu, é preciso que essa ação seja inteligível como tal. É preciso saber o que se está provando.

Essa inteligibilidade não é automática. Ela depende de condições linguísticas, sociais e contextuais que determinam como condutas são reconhecidas, nomeadas e compreendidas dentro de práticas sociais específicas. A distinção entre uma carícia e um ato libidinoso, entre silêncio e consentimento, entre *grooming* e cuidado, não deriva da percepção sensorial isolada dos fatos – ela emerge do modo como, em uma determinada forma de vida, essas práticas são reconhecidas e avaliadas. Como veremos no item 2.4.4, no estupro infantojuvenil essa inteligibilidade exige mais do que as condições gerais de significação que a filosofia da linguagem explicita: ela demanda também um acervo cognitivo especializado sobre a dinâmica específica desse crime – sobre como o abuso se instala, como o agressor opera, como a vítima reage e como silêncio, retração e ambivalência se inserem em padrões reconhecíveis. É precisamente para resolver esse problema – que o racionalismo não se propõe a enfrentar – que a filosofia da linguagem, a teoria da ação significativa de Vives Antón e o acervo cognitivo especializado são indispensáveis para o modelo proposto nesta tese. Não porque substituam a concepção racionalista, mas porque criam as condições de inteligibilidade sem as quais a valoração probatória opera sobre premissas não examinadas.

O modelo proposto nesta tese articula três aportes que operam em planos distintos e complementares. Da concepção racionalista da prova, preserva-se o compromisso com a racionalidade inferencial, com a justificação pública e controlável das decisões e com a refutação de hipóteses alternativas – sem adotar, contudo, a verdade como correspondência nem os standards objetivos pré-fixados que a concepção racionalista propõe. Da filosofia da linguagem e da teoria da ação significativa, incorpora-se o que o racionalismo não resolve: como condutas situadas em relações de poder, afeto e clandestinidade se tornam reconhecíveis como ações juridicamente relevantes. Do acervo cognitivo especializado, obtém-se a qualificação específica dessa inteligibilidade para o estupro infantojuvenil: os padrões de dinâmica do abuso que tornam compreensíveis condutas que, sem esse repertório, permanecem opacas ou são lidas através de estereótipos. A proposta não hierarquiza esses aportes – ela os articula porque cada um opera onde o outro não chega.

2.1 A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO HUMANO E A BUSCA POR MÉTODOS DE CONHECIMENTO

Esta seção traçará um breve percurso pelas principais correntes filosóficas que moldaram a compreensão sobre o conhecimento, destacando as transições que levaram aos paradigmas relevantes para a tese.

2.1.1 Raízes na Antiguidade Clássica: razão, essência e observação

A epistemologia platônica rejeita a confiança no mundo físico e sensível como fonte de verdadeiro conhecimento, pois sua natureza mutável impede a obtenção de verdades estáveis e seguras. Para Platão, o que captamos pelos sentidos são apenas aparências, opiniões (*doxa*), incapazes de nos conduzir à verdade. Essa concepção é exemplificada na alegoria da caverna, em que prisioneiros acorrentados desde a infância, forçados a olhar apenas para a parede, tomam as sombras ali projetadas pela única realidade que conhecem – de modo que, nas palavras de Platão², “para semelhante gente a verdade consistiria apenas na sombra dos objetos fabricados”. O conhecimento baseado diretamente na experiência sensível é, portanto, ilusório e limitado. A verdade não se encontra nos fatos mutáveis do mundo visível, mas sim nas ideias – essências imutáveis que habitam o mundo inteligível. Segundo essa perspectiva, nossa alma, antes de encarnar, habitava esse mundo das ideias e, ao nascer, passa por um rio de esquecimento, conservando apenas vestígios desse saber originário. Assim, conhecer é recordar (*anamnese*) aquilo que já se encontra na alma. O verdadeiro conhecimento (*episteme*) é alcançado mediante a apreensão dessas ideias, que constituem a realidade plena e verdadeira das coisas sensíveis, as quais apenas participam imperfeitamente dessas formas eternas. O caminho para esse conhecimento é a ascensão da alma por meio da filosofia, especialmente da dialética, entendida como método racional de investigação que permite à alma recordar o que já sabe, aproximando-se, por meio do diálogo, das essências verdadeiras e imutáveis.³

Aristóteles⁴ contrapôs-se a Platão ao afirmar que a verdade não reside em um mundo ideal separado, mas está presente nas próprias coisas, ou seja,

-
2. PLATÃO. **As grandes obras**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Mimética, 2019. p. 849.
 3. MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 43-45, 51-53.
 4. ARISTÓTELES. **Metafísica** (Livros I e II). Tradução de Vinzenzo Cocco. [S.l.: s.n.], 2004a. p. 56.

na realidade sensível. Para ele, “[...] quanto cada coisa tem de ser, tanto [tem] de verdade”, de modo que a investigação filosófica deve partir do mundo concreto, identificando nas próprias coisas o princípio de estabilidade que constitui sua essência. A verdade consiste, portanto, na adequação entre o intelecto e a realidade – uma verdade real e material. O conhecimento se dá de forma gradual e acumulativa: “todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer”, e é “da memória que deriva aos homens a experiência”, ascendendo progressivamente à arte e à ciência pelo conhecimento das causas⁵ Esse processo supõe dois modos de conhecer – a sensibilidade e a razão –, articulados por um método analítico que combina indução e dedução: “todo ensinamento e todo aprendizado racional surge a partir de conhecimento previamente disponível [...] os argumentos que se dão através de silogismo [dedução], como os que se dão através de indução: ambos propiciam o ensinamento através de itens previamente conhecidos”⁶. Para organizar essa investigação, Aristóteles desenvolveu as categorias do ser – substância, quantidade, qualidade, relação, entre outras –, entendendo que “as palavras sem combinação umas com as outras significam por si mesmas uma das seguintes coisas: o que [a substância], o quanto [quantidade], o como [qualidade]”⁷, estabelecendo assim as bases para a observação metódica e a análise da causalidade.⁸

Ainda que distantes do rigor metodológico moderno, a filosofia clássica grega já indica as fundações para a busca do conhecimento fático e para a elaboração de métodos de investigação. Platão, com sua distinção entre o mundo sensível e o mundo das ideias (formas perfeitas e eternas), inaugurou uma vertente que valoriza a razão como via de acesso à verdadeira essência das coisas, influenciando, de forma incipiente, a busca por uma “verdade” que transcende a mera aparência dos fatos. Complementarmente, Aristóteles trouxe uma abordagem mais empírica e sistemática. Ao desenvolver a lógica como ferramenta de raciocínio e ao propor as categorias do ser para organizar a realidade, ele estabeleceu as bases para a observação metódica

5. ARISTÓTELES. **Metafísica** (Livros I e II). Tradução de Vinzenzo Cocco. [S.l.: s.n.], 2004a. p. 6.

6. ARISTÓTELES. **Segundos Analíticos**: Livro I. Tradução de Lucas Angioni. Campinas: UNICAMP, 2004b. p. 13.

7. ARISTÓTELES. **Organon I**: Categorias; II: Periérmeneias. Tradução de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, [s.d.]. p. 47.

8. CHEMIM, Rodrigo. **Processo penal**: fundamentos dos fundamentos. Porto Alegre: Citadel, 2023. p. 182-185; REALE, Giovanni; ANTISER, Dario. **História da filosofia**: filosofia pagã antiga. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2003. v. 1. p. 203-204.

e a análise da causalidade. Essa combinação – a busca platônica por uma essência “verdadeira” e o método aristotélico de investigação por meio da razão e da experiência – pavimentou o caminho para a posterior reflexão sobre como o ser humano pode conhecer e afirmar a ocorrência de eventos no mundo, uma questão que se tornaria central para a epistemologia jurídica e a teoria da prova.

2.1.2 A Idade Média: a razão a serviço da fé

Na Idade Média os problemas filosóficos passaram a ser problemas teológicos. Santo Agostinho reinterpreto Platão à luz da doutrina cristã: a busca pelo conhecimento começa na experiência e na razão, mas encontra limites na filosofia, demandando uma ascensão em direção ao mundo abstrato e espiritual. O conhecimento é alcançado pela revelação, pela fé, e passa pela introspecção.⁹ São Tomás de Aquino ajustou a filosofia católico-cristã às obras de Aristóteles: a razão é um meio de aprofundar a compreensão da fé e do mundo criado por Deus, ela atua como um caminho para a fé. Ele buscou provar a existência de Deus a partir de cinco grandes linhas de argumentação, a partir da consideração do mundo natural.¹⁰ Ou seja, a lógica e a argumentação racional serviram à compreensão do mundo e da fé.

Em que pese ter havido um desenvolvimento da lógica e da argumentação, a ênfase estava na verdade revelada e na autoridade eclesiástica, e não tanto na investigação empírica ou na construção de métodos de conhecimento do mundo natural ou das ações humanas de forma autônoma, como se veria na Modernidade. Dentro do contexto desta tese, a Idade Média pode ser vista como um período de transição, mas sem as rupturas epistemológicas que a Modernidade traria (com a ênfase no sujeito, no método científico e, posteriormente, na linguagem). Sua contribuição reside mais na preservação e refinamento das ferramentas lógicas herdadas da Antiguidade do que na inovação de paradigmas para o conhecimento fático.

2.1.3 A Modernidade e a primazia do método

Em contraponto ao conhecimento alcançado pela palavra divina, a Modernidade marcou uma transformação no modo como o ser humano o concebia. Exigindo que compreensões decorram da aplicação de um método e

9. MARÍAS, Julián. **História da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 119-125.

10. CAMPOS, Sávio Laet de Barros. **As provas da existência de Deus em Tomás de Aquino**. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

rompendo com a primazia da autoridade e da fé, o período assistiu à ascensão de um novo ideal: o da razão autônoma e da busca por um método sistemático para investigar a realidade. Filósofos e cientistas passaram a questionar as formas tradicionais de apreensão da realidade, propondo abordagens que valorizavam a observação, a experimentação e a lógica dedutiva e indutiva. Este período, em particular o século XVIII, foi fortemente influenciado pelo Iluminismo, um movimento intelectual que exaltava a razão como o principal instrumento para o progresso, a liberdade e a autonomia do pensamento humano, combatendo o obscurantismo e a superstição.

Descartes deslocou o centro do conhecimento do mundo exterior e de Deus para o próprio sujeito pensante. Ele adotou a estratégia de uma dúvida radical, rejeitando os sentidos, a existência do mundo exterior e até mesmo a razão – caso houvesse um deus enganador que o fizesse acreditar em coisas falsas – e concluiu que restava algo que era inteiramente indubitável, o *cogito*, o fato de que ele estava duvidando (“penso, logo existo”). Se duvidava, é porque pensava. E se pensava, é porque existia como algo que pensa, o que o levou à primeira certeza, a existência do “eu pensante” (*res cogitans*), da consciência, distinta e independente do corpo. Para alcançar o conhecimento verdadeiro, parte-se do “eu pensante”, com sua capacidade de pensar, de duvidar, de distinguir as ideias apreendidas pela razão e de confiar em suas ideias inatas, até que se alcance a representação da realidade exterior com a mesma clareza e distinção com que percebe sua própria existência.¹¹ Suas ideias marcaram a prioridade do sujeito racional, que alcança a verdade e dá sentido às coisas a partir de suas impressões (intuições e deduções) e pela aplicação do método cartesiano. Ou seja, a ideia de que o conhecimento pode ser construído dedutivamente a partir de premissas certas, utilizando a razão como guia, e a prevalência do sujeito na construção da verdade. Essas foram as bases do pensamento moderno sobre a razão, a objetividade e a busca pela verdade no processo de conhecimento.

No âmbito da prova penal, é possível constatar uma influência no ideal de utilização de raciocínios lógicos e dedutivos que levem a conclusões inquestionáveis, na busca por “provas” irrefutáveis, tão claras e distintas que afastem qualquer dúvida razoável, e na separação entre o juiz e o fato, limitando-se o julgador a observar e interpretar a conduta de forma objetiva.

Nesse contexto de racionalização dos processos e busca por eficiência, Jeremy Bentham, conhecido por suas ideias no campo da ética e da política, defendeu uma abordagem racional para a administração da justiça, buscan-

11. DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 37-39.

do maximizar a utilidade e a certeza no conhecimento dos fatos. Para ele, a prova é “um fato suposto como verdadeiro, e então considerado como razão para acreditar na existência ou não existência de algum outro fato”, de modo que “toda decisão fundada em prova procede por via de inferência”.¹² Nesse sentido, as provas deveriam ser avaliadas de forma lógica e sistemática, visando à descoberta da verdade material, com foco na eficiência e na minimização dos custos processuais. Sua preocupação com a racionalidade da prova e a quantificação do seu valor influencia o ideal de uma busca objetiva e metódica dos fatos.

Também percebendo a necessidade de um novo método para alcançar um saber seguro e eficaz, Francis Bacon fez um contraponto à busca cartesiana por uma verdade puramente racional, por uma certeza inabalável advinda da especulação e dedução (método racional e dedutivo). Para ele, a busca pelo conhecimento se inicia com a superação dos *ídola* – os ídolos da mente que distorcem a percepção da verdade. Bacon identificou quatro classes: “há quatro classes de ídolos que assediam as mentes dos homens [...] chamando a primeira classe de Ídolos da Tribo; a segunda, Ídolos da Caverna; a terceira, Ídolos do Mercado; a quarta, Ídolos do Teatro”,¹³ correspondendo, respectivamente, a erros inerentes à própria natureza humana, às particularidades de cada indivíduo, à linguagem e comunicação, e à adesão a sistemas filosóficos tradicionais. Em vez de partir de princípios gerais para o particular (dedução), ele defendia a utilização do método indutivo, em um caminho inverso, que partia da observação e coleta rigorosa de dados de fatos e fenômenos observáveis, para serem organizados e classificados, buscando padrões e correlações, seguindo-se de uma indução gradual para ascender a princípios mais gerais e experimentação desses princípios em testes que refutem ou corroborem as generalizações.¹⁴

A ênfase de Bacon na experiência e na observação sistemática, em detrimento da especulação abstrata, lançou as bases para o desenvolvimento da ciência moderna e influenciou diretamente o surgimento do empirismo de John Locke e David Hume, aprofundando a discussão sobre a origem sensorial do conhecimento.

12. BENTHAM, Jeremy. **A Treatise on Judicial Evidence**. London: Baldwin and Cradock, 1825. p. 8.

13. BACON, Francis. **The Complete Works**. [S.l.]: Centaur Editions, 2015. p. 653.

14. REALE, Giovanni; ANTISER, Dario. **História da filosofia: do humanismo a Descartes**. São Paulo: Paulus, 2004. v. 3. p. 267-276.

John Locke defendeu a inexistência de princípios inatos na mente humana, sustentando que nossa mente começa como “um papel branco, vazio de todos os caracteres, sem quaisquer ideias”, e que a resposta à pergunta sobre a origem do conhecimento é “da experiência. Aí está o fundamento de todo o nosso conhecimento; em última instância daí deriva todo ele”.¹⁵ A experiência é, portanto, a fonte e o limite do intelecto. O conhecimento dos fatos é construído a partir das experiências sensoriais e da reflexão interna, que geram ideias em nossa mente, a partir das quais formamos um quadro da realidade. Embora acreditasse na existência do mundo externo, ele reconhecia os limites do conhecimento humano, admitindo que não podemos ter certeza absoluta sobre a essência última das coisas, mas apenas sobre as ideias que formamos delas a partir da experiência.¹⁶ Locke também ressaltou a importância da linguagem, distinguindo a “essência nominal” – a ideia complexa que a palavra representa – da “essência real” – “a constituição efetiva de algo existente, que é a base do complexo constante de propriedades”, a qual “não podemos conhecer precisamente o que ela é”.¹⁷

Também dentro de uma filosofia empirista, David Hume compartilhava a compreensão de que todo conhecimento deriva da experiência. Para ele, as percepções chegam à mente de duas formas: pelas impressões – “todas as nossas percepções mais vívidas, sempre que ouvimos, ou vemos, ou sentimos, ou amamos, ou odiamos, ou desejamos ou exercemos nossa vontade” – e pelas ideias, “que são as percepções menos vívidas, das quais estamos conscientes quando refletimos sobre quaisquer umas das sensações ou atividades já mencionadas”.¹⁸ As ideias são, portanto, cópias enfraquecidas das impressões, e se não for possível rastrear a ideia até uma impressão correspondente, ela é vazia de significado.¹⁹

Hume distingue os objetos da razão humana em dois gêneros: as “relações de ideias”, cujas verdades podem ser descobertas “pela simples operação

15. LOCKE, John. **Ensaio sobre o Entendimento Humano**: Livros I e II. Tradução de Eduardo Abranches de Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.]. p. 134.

16. REALE, Giovanni; ANTISER, Dario. **História da filosofia**: de Spinoza a Kant. São Paulo: Paulus, 2005a. v. 4. p. 93-97; 103-104.

17. LOCKE, John. **Ensaio sobre o Entendimento Humano**: Livros III e IV. Tradução de Eduardo Abranches de Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.]. p. 74-75.

18. HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 34.

19. MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

do pensamento, independentemente do que existe em qualquer parte do universo”, e as “questões de fato”, cujo “contrário permanece sendo possível, porque não pode jamais implicar contradição, e a mente o concebe com a mesma facilidade e clareza, como algo perfeitamente ajustável à realidade”.²⁰ E as verdades das questões de fato são contingentes (poderiam ser diferentes, não são logicamente necessárias) e prováveis, nunca absolutamente certas, porque elas nos informam sobre o mundo empírico e sobre o que existe ou acontece. No entanto, por dependerem da experiência, nunca podemos ter certeza sobre elas, pois o futuro pode não ser como o passado, e nossas observações são limitadas (por exemplo, o sol nascerá amanhã é uma crença baseada em experiências passadas, mas a natureza pode mudar; a água ferve a 100°. C é uma observação empírica, pode ser diferente sob outras condições; a caneta está na minha mão é uma observação direta do mundo). Nós só podemos conhecer os fatos e as leis que os ligam, não suas causas essenciais.²¹

Todos os raciocínios sobre a realidade dos fatos parecem fundados na relação de causa e efeito – relação que Hume critica radicalmente. O efeito é diferente da causa e não pode ser descoberto nela pelo simples raciocínio: “todos os raciocínios referentes a questões de fato parecem fundar-se na relação de causa e efeito”, e o conhecimento dessa relação “provém inteiramente da experiência, ao descobrirmos que certos objetos particulares acham-se constantemente conjugados uns aos outros”.²² A relação de causa e efeito não é, portanto, uma conexão necessária nas próprias coisas, mas uma inferência baseada no hábito gerado pela observação repetida da conjunção constante entre eventos.

Ou seja, a probabilidade, o raciocínio indutivo, possuem natureza subjetiva, são baseados na opinião, na crença, e conduzem a incertezas. Embora possamos ter certeza em verdades lógicas e matemáticas, o conhecimento do mundo empírico é inerentemente incerto e contingente, baseado em inferências prováveis e na expectativa do que virá, impulsionada pelo hábito. Para o objeto desta tese, o conhecimento da conduta criminosa praticada nunca atingirá uma certeza absoluta. A conclusão sobre o que “realmente

20. HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 54.

21. MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 111-112.

22. HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 55.

aconteceu” é sempre uma inferência, baseada em evidências que tornam a hipótese mais provável, mas nunca infalível.

Kant buscou responder os impasses. Enquanto Descartes havia buscado a certeza no interior da razão e em ideias inatas (“*cogito*”), e os empiristas ingleses (Locke e Hume) a encontraram exclusivamente na experiência sensorial, Kant percebeu que ambas as abordagens, isoladas, eram insuficientes para explicar a totalidade do nosso conhecimento, que possui tanto elementos universais e necessários (como os da matemática e da física) quanto elementos empíricos e contingentes.

Ele inverteu a lógica da mente se adequar ao objeto para compreendê-lo e defendeu que é o objeto que se conforma à estrutura da mente para ser conhecido. O conhecimento viria da adequação da coisa ao intelecto. Não é possível compreender a coisa em si, separada do ser humano, mas apenas sua representação (“coisa em mim”, o fenômeno, o que eu conheço da coisa). Os objetos que nos são dados pelos sentidos “não são representações das coisas como são em si mesmas, e como o entendimento puro as conheceria, mas são intuições sensíveis, isto é, fenômenos”,²³ e “a nossa representação sensível de nenhum modo é uma representação das coisas em si mesmas, mas apenas da maneira como elas nos aparecem”.²⁴ As coisas em si (fatos em sentido ontológico) são inacessíveis, possuem sua própria realidade. O conhecimento decorre da interação entre a apreensão empírica (os dados sensíveis, que derivam da experiência, o que recebemos por meio de impressões, “conhecimento *a posteriori*”) e o juízo (ação de pensar a ligação das representações, “conhecimento *a priori*” que não deriva da experiência).

A verdade ou erro sobre os fatos reside no juízo, na nossa capacidade de organizar e conceituar os dados brutos. E para que a experiência dos fatos seja possível de forma objetiva e sistemática, são necessárias estruturas prévias, independentes da experiência. São nossas faculdades cognitivas: a) de apreender objetos por meio da intuição, sendo que “sem a sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem o entendimento nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas”,²⁵ e as formas *a priori* da intuição são o espaço e o tempo, que constituem

23. KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda metafísica futura**. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 39.

24. KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda metafísica futura**. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 40.

25. KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 97.

“condições da existência das coisas como fenômenos”;²⁶ b) de pensar o objeto que foi dado na intuição, a partir de categorias *a priori* do entendimento – causalidade, substância, unidade, pluralidade, entre outras.²⁷ Ou seja, a causalidade, o espaço, o tempo e outras categorias não são propriedades do mundo em si, que descobrimos empiricamente, mas sim estruturas *a priori* (inerentes, antes da experiência) da nossa própria mente.

O conhecimento dos fatos, portanto, não é apenas o que nos é dado passivamente pelos sentidos. É o resultado dos dados sensíveis sendo ativamente organizados e unificados pelas estruturas *a priori* da nossa mente (espaço, tempo, causalidade, substância, unidade, pluralidade...). É essa estrutura *a priori* que permite que tenhamos uma experiência objetiva e conectada dos fenômenos. Ao colocar essas estruturas na mente do observador, Kant²⁸ garante que todo ser humano, ao experimentar o mundo, o fará de forma universal e necessária, sob as mesmas categorias (que são comuns a todos os seres racionais).

Por exemplo, diante de uma maçã, sob o enfoque de sua existência (“coisa em si”, existindo no mundo), ela é uma realidade que possui uma essência e propriedades que existem independentemente de a percebemos. E é incognoscível para nós em sua totalidade nua e crua. Mas daí entra o processo ativo de construção, de conhecimento do mundo. Nossos olhos recebem os dados de luz que formam a imagem da maçã, nosso tato sente a textura, nosso olfato percebe o cheiro, nossa mente os organiza no espaço (a maçã está na nossa frente) e no tempo (vemos a maçã nesse momento). É como os dados brutos da “coisa em si” chegam até nós (conhecimento *a posteriori*), mas são imediatamente organizados pela nossa sensibilidade no espaço e tempo (formas *a priori*). Formamos um conjunto de intuições organizadas no espaço e no tempo (manchas de cor vermelha, uma forma arredondada, uma textura lisa, um cheiro doce, tudo localizado “aqui e agora”). Ainda não é o conceito de “maçã”, mas é o dado bruto que está “estruturado” para ser compreendido. Em seguida, o entendimento pega esses dados da sensibilidade e os processa ativamente usando suas categorias *a priori*. Ele usa a categoria de substância para agrupar as diferentes qualidades (cor, forma, textura, cheiro) e compreendê-las como pertencentes a um único objeto permanente, a maçã. Ele usa a categoria de causalidade para entender que, se mordermos a maçã, ela causará uma sensação de sabor

26. KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 35.

27. KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 115.

28. KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 115.

em nossa boca. Ele usa a categoria de unidade para entender que se trata de *uma* maçã específica. Como resultado desse entendimento, nossa mente forma o conceito de “maçã” e os juízos sobre suas propriedades e relações. Não apenas vemos manchas de cor e formas, mas compreendemos que é uma “maçã” que tem “cor” e “forma”, e que “causa” uma sensação de sabor quando mordida. A “maçã-fenômeno” é o resultado desse processo. É a maçã tal como ela aparece e é inteligível para nós: um objeto com qualidades específicas, existindo no espaço e no tempo, e que podemos compreender em termos de causa e efeito. O fenômeno, portanto, é a representação ativa da “coisa em si” em nossa consciência, moldada pelas estruturas inatas da nossa mente (as formas da sensibilidade e as categorias do entendimento). Nosso conhecimento é sempre do fenômeno, e nunca diretamente da “coisa em si”.²⁹

Retomando mais uma vez o âmbito da prova penal, a perspectiva de Kant³⁰ nos propõe uma construção ativa do conhecimento. Ao mesmo tempo em que ele promove a universalidade e a necessidade do conhecimento científico, ao demonstrar que nossas categorias mentais impõem uma estrutura inteligível à realidade, ele estabelece limites, ao afirmar que nosso conhecimento é sempre do fenômeno e nunca da coisa em si (fato ontológico, puro). Na perspectiva da prova, seria dizer que o conhecimento dos fatos criminais no processo judicial não é uma mera “cópia” de uma realidade objetiva e completamente acessível. Ao invés disso, é uma reconstrução interpretativa, que envolve a aplicação das estruturas cognitivas humanas aos dados probatórios. Além disso, a distinção entre o fenômeno e a “coisa em si” nos alerta para a impossibilidade de uma certeza sobre o que “realmente aconteceu” em sua totalidade ontológica, especialmente em crimes com pouquíssimos vestígios diretos como o estupro infantojuvenil. No entanto, o papel das categorias *a priori* garante que essa reconstrução seja possível por meio de critérios de racionalidade e objetividade intersubjetiva.³¹

2.1.4 O Idealismo Alemão: a consciência, o espírito e a construção da realidade

Seguindo uma linha cronológica na evolução do pensamento filosófico que influenciou o conhecimento, o idealismo alemão se desenvolveu a partir das ideias de Kant, em uma tentativa de superar a distinção de Kant entre o

29. KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda metafísica futura**. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 40.

30. KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 97.

31. KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 115.

“fenômeno” (o mundo que nos aparece e que podemos conhecer) e a “coisa em si” (a realidade como ela é em si mesma, incognoscível). Para os idealistas alemães, não existe uma barreira intransponível entre a realidade e a consciência. De alguma forma, a realidade é uma manifestação ou o produto da consciência, da razão ou do espírito.³²

O ser humano não é apenas um receptor passivo de informações externas. Não existem fatos externos, brutos, qualquer fato que conhecemos é mediado, interpretado e moldado pela mente. Nesse sentido, nossa mente, além de organizar o conhecimento, é constitutiva da realidade que conhecemos. Os fatos, então, não são “descobertos”, são construídos conceitualmente dentro do horizonte da consciência e do pensamento. Eles são o resultado de um processo ativo de interpretação e de atribuição de sentido, e não de uma mera correspondência passiva com uma realidade externa “pronta”.

Ou seja, o conhecimento é um processo dinâmico e dialético, um empreendimento ativo da mente, a realidade é intrinsecamente ligada à consciência, e os “fatos” devem ser compreendidos dentro de um quadro de referência conceitual e interpretativo, e não como entidades puramente externas e autônomas.

Nesse contexto, Fichte defendia que o conhecimento surge da atividade da inteligência (“eu”), que, ao se pôr também constitui o mundo objetivo (o “não eu”), e as “representações” que temos dos fatos estão ligadas a essa atividade.³³ Já Hegel via a filosofia como um sistema que representa o autodesenvolvimento do “espírito absoluto”. Para ele, “o verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que se implementa através de seu desenvolvimento [...] Sua natureza consiste justo nisso: em ser algo efetivo, em ser sujeito ou vir-a-ser-de-si-mesmo”.³⁴ Não existe, portanto, uma realidade separada do pensamento ou do espírito. A realidade é o próprio espírito que se desdobra e se autoconhece. Esse desdobramento acontece por meio de um processo dialético e histórico, que envolve três momentos, a afirmação, a negação ou contradição e a síntese (entendida como superação e integração dos mo-

32. MARÍAS, Julián. **História da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 331-335.

33. REALE, Giovanni; ANTISER, Dario. **História da filosofia: do romantismo ao empiriocriticismo**. São Paulo: Paulus, 2005. v. 5. p. 52-54.

34. HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 38.

mentos anteriores, em um nível superior). Ou seja, o conhecimento avança por meio de contradições e superações, nesse desenvolvimento dialético.³⁵

A ênfase do idealismo alemão em ver o conhecimento como enraizado em contextos interpretativos, históricos e intersubjetivos, podem auxiliar na compreensão do conhecimento dos fatos sob o paradigma da filosofia da linguagem, como será visto adiante.

2.1.5 O Positivismo e a influência do paradigma científico

Em uma aparente reação contra a metafísica, contra a especulação, a complexidade e a abstração na forma como os idealistas alemães compreendiam o mundo, em meio a um contexto de descobertas e aumento de confiança na ciência como o único meio capaz de fornecer conhecimento válido e seguro, observamos um retorno à compreensão de que o conhecimento decorre de experiências, descrições e análises.

Para Comte, o único conhecimento válido é o científico e seu método deve ser baseado nas leis causais, controladas com base nos fatos. Sua Lei dos Três Estágios descreveu a evolução do pensamento humano: “cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo”.³⁶ No estado teológico, os fenômenos eram explicados pela intervenção de divindades; no estado metafísico, as explicações recorriam a entidades abstratas ou essências universais; no estado positivo ou científico, o conhecimento decorre da observação dos fatos e descoberta de leis constantes que regem a sucessão e semelhança entre eles, através da razão e experiência. Este seria o ponto culminante do desenvolvimento intelectual.³⁷

A metafísica, portanto, com suas discussões sobre o “ser” ou a “coisa em si”, sua busca pelas essências ou causas últimas das coisas, dá lugar para a descoberta de leis constantes dos fenômenos (leis de sucessão e semelhança), por meio da combinação do raciocínio e da observação. Embora

35. REALE, Giovanni; ANTISER, Dario. **História da filosofia: do romantismo ao empiriocriticismo**. São Paulo: Paulus, 2005b. v. 5. p. 99-105.

36. COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores). p. 35.

37. MARÍAS, Julián. **História da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 386-387.

as leis científicas envolvam teoria, elas são estabelecidas e controladas com base nos fatos.

Após o Positivismo de Comte, que defendia um conhecimento seguro baseado na observação e nas leis causais, surgiram diversas correntes que, embora reconhecessem a importância da ciência, questionaram suas pretensões de certeza e objetividade absolutas.

As influências filosóficas do século XX muitas vezes não se sucederam de forma linear, mas se sobrepuseram e dialogaram. Várias abordagens críticas reconheciam a importância da observação empírica, mas confrontaram a ideia de uma verdade absoluta e objetiva, introduzindo a noção de que o conhecimento científico é sempre provisório, falível e influenciado pelas teorias e pressupostos do observador.

Para o objetivo desta tese – analisar o impacto das diferentes abordagens filosóficas sobre o acesso ao conhecimento dos fatos e sua repercussão para o conhecimento e prova do estupro infantojuvenil – optamos por tentar conectar os diálogos do Pós-Positivismo, Fenomenologia, Filosofia da Linguagem e Hermenêutica, deixando de seguir estritamente uma linha cronológica temporal.

2.1.6 O Pós-Positivismo: a falibilidade da ciência e a subjetividade na construção dos fatos

Neste movimento de crítica e superação dos limites do Positivismo, alguns filósofos passaram a compreender o processo de construção do conhecimento de uma forma mais complexa, reconhecendo que existe uma falibilidade intrínseca de qualquer conhecimento e que não podemos escapar da influência da subjetividade na observação e na interpretação dos fatos.

Propondo esse olhar mais cauteloso, Popper desenvolveu sua teoria afirmando que o conhecimento científico não avança por acumulação de verdades comprovadas, mas sim pela eliminação de erros por meio da falseabilidade: o critério que distingue a ciência empírica de outros sistemas não é a verificabilidade, mas a falseabilidade – “deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico”.³⁸ A ciência procede por conjecturas e refutações. Teorias ousadas (conjecturas) são propostas e os fatos (observações e resultados experimentais) são cruciais para testar essas conjecturas. A indução não é um método científico válido, pois “o método de falsificação não pressupõe inferência indutiva, mas apenas as transformações

38. POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972. p. 42.

tautológicas da lógica dedutiva”³⁹ – de um número finito de observações particulares não se pode derivar uma lei universal com certeza. Uma hipótese só é considerada científica se for falseável, isto é, refutável por fatos. Quanto mais ela resiste a tentativas de falseamento, mais corroborada ela é, mas nunca “provada”: “uma vez proposta e submetida a prova a hipótese e tendo ela comprovado suas qualidades, não se pode permitir seu afastamento sem uma ‘boa razão’”.⁴⁰ O progresso na ciência ocorre quando as teorias são refutadas (mostradas falsas por meio de evidências fatuais), levando à busca por novas conjecturas. Sob essa perspectiva, o acesso aos fatos se dá por um processo constante de levantamento de hipóteses e de tentativa de refutá-las. A ciência é um processo de “conjecturas e refutações” e o conhecimento dos fatos é sempre provisório, aberto à revisão e à crítica.⁴¹

Thomas Kuhn também ofereceu um modelo de conhecimento que criticava a certeza e a neutralidade do acesso ao conhecimento defendidas pelo Positivismo. Para ele, os fatos não são entidades neutras ou fixas que existem independentemente das teorias: o que é coletado na pesquisa científica “são selecionados para o exame mais detido da pesquisa normal tão somente porque parecem oferecer uma oportunidade para a elaboração frutífera de um paradigma aceito”.⁴² A experiência sensorial não é neutra, as teorias não são meras interpretações de dados brutos. A ciência progride por meio de “paradigmas”, que são conjuntos de crenças, valores, técnicas e problemas aceitos por uma comunidade científica em um dado momento, sendo sempre “um ingrediente formador das crenças esposadas por uma comunidade científica específica numa determinada época”.⁴³ Durante o período de “ciência normal”, os cientistas operam dentro de um paradigma. As descobertas de novos fatos ou fenômenos inesperados não são simplesmente adicionadas ao conhecimento existente – elas surgem como anomalias: “a descoberta começa com a consciência da anomalia, isto é, com o reconhecimento de que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas

39. POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972. p. 44.

40. POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972. p. 56.

41. POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972. p. 27-48.

42. KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 160.

43. KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 52.